



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE

----- No dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Águeda, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA-----

----- 1.1 – Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2008; --

----- 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 3.1 – **APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- 3.2 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; --

----- 3.3 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- 3.4 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À REDE EUROPEIA E-RUS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- 3.5 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVING LABS (EnoLL)**, nos termos da proposta e ao abrigo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.6 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO DA BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA****, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.7 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO****, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.8 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA A CEDÊNCIA DESSA MESMA PARCELA PARA INCORPORAÇÃO NA ÁREA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO****, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- A Sessão foi presidida por PAULO MANUEL MATOS SOARES, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE e DANIELA CARINA ALVES MENDES. -----

----- Eram vinte e uma horas quando foi declarada aberta a Sessão, tendo o Senhor Presidente da Mesa cumprimentado os Membros da Assembleia, o Executivo e o público presente. -----

----- Participaram nesta Sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

----- PAULO MANUEL MATOS SOARES, JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE, DANIELA CARINA ALVES MENDES, JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO, CARLOS ALBERTO BAPTISTA GUERRA, MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA, ARMANDO ALVES FERREIRA, HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS, NUNO RICARDO MARTINS FIGUEIREDO NUNES, ALBERTO JOSÉ FERNANDES MARQUES, JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES VIDAL, PAULA CRISTINA PICADO VAZ FRANCO, ANTÓNIO MANUEL FERNANDES MARTINS, ÓSCAR MANUEL VIDAL MENDES, ABÍLIO FERREIRA GOMES DA SILVA, JOANA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

CLARA COSME ARRUDA MARTINS, JOSÉ ANTÓNIO PARADA FIGUEIRA, FILIPE JOAQUIM PINHO DIAS SILVA, CARLOS ALBERTO INÁCIO, CARLA ELIANA DA COSTA TAVARES, LUÍS FILIPE TONDELA FALCÃO, ANTÓNIO FARIAS DOS SANTOS, RUI PEDRO PINHO CARVALHO, JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA, FRANCISCO ROGÉRIO MARTINHO ESTRELA, JORGE DA SILVA MENDES, VICTOR MANUEL ABRANTES SILVA, MANUEL DE ALMEIDA CAMPOS, AMÍLCAR DE LEMOS DIAS, ALCIDES DE JESUS, FERNANDO JORGE FERRÃO, MÁRIO DIAS DA COSTA, DÁRCIO SIMÕES TAVARES, VICTOR RODRIGUES TAVARES, MANUEL DE OLIVEIRA DUARTE e MÁRIO RAMOS MARTINS. -----

----- Esteve ausente WILSON JOSÉ DE OLIVEIRA DIAS GAIO, VASCO MIGUEL RODRIGUES OLIVEIRA, FERNANDO TAVARES PIRES, CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA e CARLOS ALBERTO CARNEIRO PEREIRA. -----

----- O Executivo encontrava-se representado pelo seu Presidente GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA e pelos Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA e MARIA PAULA DA GRAÇA CARDOSO. -----

----- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

----- De seguida, o Secretário da Mesa procedeu à leitura da seguinte correspondência recebida: -----

----- Da **Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga:** -----

----- "Sou pelo presente a informar Vossa Excelência que não irei estar presente na Primeira Sessão Ordinária da Assembleia marcada para o dia vinte e sete de Fevereiro, pelo que me faço representar pelo Secretário desta Junta de Freguesia, Mário Dias da Costa." -----

----- Do **Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo:** -----

----- "Paulo Nuno de Almeida Alves, Membro da Assembleia Municipal na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, na impossibilidade de estar presente na Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, vem por este meio delegar a sua participação em Rui Pedro Pinho Carvalho, Secretário desta Junta de Freguesia." -----

----- Da **Junta de Freguesia da Belazaima do Chão:** -----

----- "Eu, Rui Daniel Dias Pereira, Secretário da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão, venho por este meio dar conhecimento a Vossa Excelência que, por motivo do Presidente da Junta de Freguesia ter sofrido um acidente e estar neste momento internado, está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

impossibilitado de comparecer na Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de -----

----- Do **Presidente da Junta de Freguesia da Trofa:** -----

----- "Venho por este meio, comunicar que, devido a compromissos anteriormente assumidos, não poderei estar presente na Assembleia Municipal do próximo dia vinte e sete Fevereiro." -----

----- Do **Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga:** -----

----- "Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda. Venho por este meio, informar Vossa Excelência, que por motivos pessoais, irei encontrar-me ausente e não poderei estar presente na Sessão Ordinária supra identificada." -----

----- Dos **Representantes dos funcionários aposentados da Câmara Municipal de Águeda:** -----

----- "Olímpia Correia e Silva Rodrigues da Fonseca, contribuinte nº 102920249, residente na Rua do Ameal, em Águeda, António Máximo Albuquerque Branco de Melo, contribuinte nº 142041157, residente em Travassô e Rosa Helena Lobo dos Santos Gomes, contribuinte nº 116566477, residente na Rua Dr. Manuel Alegre, 45, nesta Cidade de Águeda, enviam, para conhecimento de V. Exa. e efeitos que tiver por convenientes, fotocópia do parecer elaborado pelo Professor Doutor Pedro António P. Costa Gonçalves, Professor da Faculdade de Direito de Coimbra e Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, no qual, entre outras considerações, se referem à ilegitimidade da desvinculação da Câmara Municipal de Águeda da ACASA." -----

----- O parecer a que se refere não foi lido porque foi distribuído em fotocópia pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA** -----

----- **1.1** – Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2008; -----

----- Não havendo inscritos para intervir acerca deste ponto, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar o texto da acta referente à Sessão de 29 de Dezembro de 2009. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra aos Membros da Assembleia Municipal, que fizeram as seguintes intervenções: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Manuel Antunes de Almeida: -----

----- “A primeira dirige-se directamente à Câmara e tem a ver com a ACASA. Não há nenhuma perseguição nem nenhuma obsessão por esta questão, mas efectivamente chegou-me antes o documento que trazia os dois pareceres dos Professores de Direito, quer da Faculdade de Coimbra, quer da Faculdade de Lisboa, sobre a eventual ilegalidade tomada pela Câmara Municipal e até pela Assembleia. Claro que os pareceres jurídicos valem o que valem, não são sentenças e naturalmente que tem um valor, eu tomei atitudes no passado porque não fui elucidado e eu estava convencido que os beneficiários da ACASA tinham uma cumulação social, o que não é verdade, pelo menos foi à conclusão que eu cheguei porque quem é Membro da ACASA apenas tem a cobertura da ACASA e não tem da ADSE, com excepção dos reformados que tem as duas situações. -----

----- Por conseguinte, quando tomei algumas atitudes nesta Câmara e era das pessoas que achava que não havia que haver privilégio especial para um funcionário camarário relativamente aos outros funcionários, não tinha essa noção, estava convencido que os funcionários camarários tinham a ADSE e quem quisesse voluntariamente tinha a ADSE e à ACASA, e não é isso que corresponde à realidade. Na verdade, quem é funcionário no activo, se é membro da ACASA voluntariamente, apenas é coberto pela ACASA com garantias melhores do que se for da ADSE. Por isso, eu pergunto ao Senhor Presidente se já entregou aos Serviços Jurídicos ou a quem se debruçasse sobre esses pareceres e se já maturou esta questão para eventualmente tomar ou não uma atitude diferente daquela que o Executivo vem assumindo. -----

----- A segunda questão tem a ver com o ilustre Membro desta Assembleia, José Vidal e a minha intervenção tem a ver com o velho ditado popular que diz “Quem não se sente não é de boa gente”, eu corrijo o ditado e digo quem não se sente não é boa gente porque está morto, já morreu, não tem sensibilidade. Agora, como Membro de uma Associação política, não posso aceitar que um Membro desta Assembleia e ainda por cima Presidente do Partido a nível local, utilize o conteúdo e a linguagem de dois textos, onde no primeiro caso efectivamente há expressões que são claramente crime, mas parece que ninguém quis accioná-lo, e no segundo caso onde parece que parecem uma tábua rasa sobre toda a gente como se não fossem iguais. -----

----- Eu penso que não há nada de mais grave na sociedade que é julgar igualmente, o que é desigual. O que é desigual deve ter um julgamento desigual do que aquele que é igual. E por conseguinte, o Membro desta Assembleia ao utilizar a linguagem que utilizou no jornal tem a leitura que tem, mas passando realmente uma tábua rasa sobre tudo e dizendo que todos os



4 27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Membros daquela Associação Cívico Partidária, a que eu pertenço, fizeram o que fizeram, tenho que dizer ao Senhor José Vidal, porque o considero e acho que não estou morto e acho que politicamente é nos lugares certos que se dizem as coisas, que acho que prestou um péssimo serviço à democracia e a uma luta aberta e franca política. É seu dever até defender o Presidente da Câmara, o actual Executivo, o Partido Socialista, mas o que não pode é utilizar uma linguagem de tal forma que achincalhe, enxovalhe e passe um rol de incompetência e desonestidade, conforme se pode ler no artigo, sobre todos os Membros. Por isso, aqui fica o meu mais profundo desagrado e a minha indisposição para travar lutas políticas com esta forma de actuar, que eu acho absolutamente insuportável. -----

----- Por último, e como eu verifico que noutros areópagos parecidos com este os Senhores Membros da Assembleia não tem que se deslocar ao parlatório para as suas intervenções, eu faço aqui a sugestão ao Senhor Presidente no sentido de podermos fazer as nossas intervenções nos nossos lugares.” -----

----- **António Manuel Fernandes Martins:** -----

----- “Venho cá por um assunto que é recorrente relativamente a esta Assembleia e que já anteriormente aqui por vários colegas foi referido. -----

----- Queria chamar a atenção de que eu recebi o material de análise para esta Assembleia na quarta-feira à tarde na minha caixa do correio e por razões pessoais já fui directo para a cama dado a hora e na quinta-feira, por razões também pessoais, não pude sequer olhar para este material. Eu não sou irresponsável e portanto não voto de cor como o galo e procuro não o fazer, porque acho que não é uma atitude correcto para quem está numa Assembleia Municipal a discutir problemas de interesse municipal. -----

----- Eu diria também que sei que há pessoas aqui nesta Assembleia que votam de cor, por simpatia, que votam muitas das vezes por passar os olhos por cima dos papéis e com muita pouca responsabilidade sobre aquilo que aqui se vota e posso prová-lo numa próxima Assembleia. Eu diria também que exceptuando os Senhores Membros desta Assembleia que são independentes os outros fazem parte de movimentos partidários e cívicos e tem responsabilidade de transmitir aqui opiniões que responsabilizam também as parcelas eleitorais que representam ou pelo menos, devem tentar faze-lo. Portanto, não é possível com alguma responsabilidade vir aqui falar sobre coisas que não se conhece. Se o Senhor Presidente da Câmara tem possibilidade de reunir a comunicação social, se tem elementos e tem tempo, para o fazer, o Executivo deve tê-lo também para fazer chegar, com tempo, as questões aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

Membros desta Assembleia. Embora o parecer do Senhor Presidente da Assembleia seja de que o Senhor Presidente não tem a obrigação de com o devido tempo fazer chegar, deve fazer chegar com o tempo de quarenta e oito horas, eu acho que isto não é uma questão de legalidade, é uma questão de bom senso. -----

----- Eu devo dizer-lhe, Senhor Presidente, que eu hoje vou protestar e a minha forma de protesto é que vou votar contra tudo aqui que vier à votação. Espero que o Senhor Presidente e o Executivo aprenda com esta minha forma de protesto e da próxima vez faça chegar atempadamente, pelo menos à minha pessoa, aquilo que eu venho discutir, porque eu não gosto de fazer aqui figura de palhaço e de ignorante. Se não o fizerem, eu da próxima vez, tomarei outras medidas com as implicações que elas juridicamente tiverem, requerendo a esta Assembleia uma forma de protesto diferente." -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- "O Senhor Presidente da Câmara é testemunha de que eu tenho sempre feito um esforço no sentido da documentação ser entregue a tempo aos Senhores Membros da Assembleia. Eu não defendo que seja com quarenta e oito horas de antecedência embora isso esteja na Lei, mas eu defendo que seja com mais antecedência. O que eu digo é que havendo essa regra, naturalmente que ao menos essa tem que ser cumprida e toda a gente é testemunha que faço sempre pressão para que seja entregue a tempo, pelo que subscrevo por completo as palavras que disse o Professor António Martins tirando alguma linguagem menos própria." -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos:** -----

----- "As minhas primeiras palavras vão directamente para a bancada do Partido Socialista e para o Senhor Presidente da Câmara. Quero-vos desejar um bom congresso que está a decorrer este fim-de-semana porque o País bem precisa essencialmente que este congresso corra bem porque precisamos, de uma vez por todas, de ganhar o rumo porque até aqui, não sei se é a falta de congresso, mas as coisas não vão bem. Por isso, Senhor Presidente, agradecemos o facto de estar presente, mas se estiver ausente para ajudar a que o congresso corra bem e que nos ajude a escolher uma nova linha de orientação para o País, terá o nosso apoio integral. -----

----- A segunda questão tem a ver com a intervenção do Senhor Professor Martins, pois eu penso que toda a gente faz os mesmos votos, não irei votar contra, de forma nenhuma, todos temos as mesmas dificuldades, mas todos esperamos que esta situação melhore e temos essa esperança. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Hoje a minha intervenção é uma intervenção que tem a ver com o momento que nós vivemos em Portugal e em particular no nosso município. -----

----- Todos nós sabemos que, desde algum tempo, a nível internacional, nacional e local se nos abateu uma crise enorme; sabemos que hoje as dificuldades aumentaram muito na nossa vida; sabemos que hoje se passam um conjunto de situações novas que há quatro meses não se punham à população, aos munícipes, aos empresários, não se punham a ninguém. O mundo está numa mutação muito rápida e nós temos um papel fundamental no apoio às vítimas desta mutação e são muitas. As coisas estão a mudar de tal forma e tão rapidamente que nós temos de estar muito atentos. -----

----- Hoje iremos discutir no Período da Ordem do Dia algumas medidas, que não têm a ver propriamente só com isto mas que tem reflexos positivos nisto que estou aqui a apresentar, mas parece-me que temos que fazer alguma coisa mais e digo isto porque hoje, no nosso Município, começamos a ver pessoal com grandes dificuldades financeiras, vemos hoje muita gente a percorrer caixotes do lixo e a tirar material dos caixotes do lixo, há hoje problemas graves do ponto de vista social em Águeda e em todo o País, mas nós temos que zelar pelos nossos interesses daqui e nesta matéria cabe-nos a nós, no nosso município, que estamos mais próximos das nossas populações, dar respostas de uma forma mais rápida, sermos mais solidários muitas das vezes invertermos alguns dos nossos pensamentos, alguns dos nossos propósitos, alguns dos nossos projectos em favor de outras pessoas que mais necessitadas estão nos dias que hoje correm. -----

----- Neste sentido, propomos que urgentemente se crie um Gabinete, dentro da nossa Câmara, de apoio aos mais necessitados, Gabinete este que deve ser formado por um representante da Câmara, por um representante das IPSS's e por um representante das Juntas de Freguesia, que são propriamente as pessoas que estão mais próximas das nossas populações. Este Gabinete deve ser coordenador de um conjunto de medidas de apoio aos mais necessitados, medidas estas que deverão ser apresentadas pelo município durante o mês de Março, com entrada imediata para o ano de dois mil e nove. Deve o mesmo definir vários critérios para o acesso a estas ajudas, dando como exemplos, desempregados que tenham perdido o subsídio de desemprego, que estejam à espera da sua atribuição, que tenham ordenados em atraso por parte das empresas, etc, estipulando diversas formas de ajuda, alguns exemplos que darei, como apoiar com refeições a famílias cuja dificuldades tenham vindo a aumentar nos tempos actuais; apoiar na área dos transportes e material escolar todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

crianças e jovens em que os pais se encontram nesta situação; coordenar peditórios junto dos Aguedenses, particulares e empresas, para recolha de roupas e outros produtos para apoio dos mais necessitados; promover junto das IPSS's e das Juntas de Freguesia a implementação destas medidas; promover acções tipo banco de alimentos nos espaços comerciais, locais e a níveis particulares; criar um sistema de incentivos a quem ajude o município em este tipo de dádivas tenha reduções na taxa da água, no saneamento e na recolha do lixo, para que se fomenta o espírito de solidariedade; criar uma contribuição extra de um euro, por exemplo, para que cada pessoa que assista a cada espectáculo organizado pela Câmara para dois mil e nove possa contribuir com uma verba para os mais necessitados e propõe-se ainda, dotar em termos imediatos, este programa com uma verba de duzentos mil euros através de uma alteração orçamental, reformulando alguns dos investimentos já previstos. -----

----- Estamos num momento em que precisamos de ser solidários, em que temos que agir muito depressa e dar sinais à nossa população de que estamos atentos dentro das nossas possibilidades. A Câmara e as Juntas não têm muitas possibilidades mas, se calhar, hoje temos que prescindir de algumas estradas e de algumas situações em favor dos mais necessitados e temos que ser criteriosos nesta análise e propomos que se crie um método de apoio neste tipo de situação com alguma urgência. Esta proposta não é para ser votada porque nós entendemos que estas matérias dependem do diálogo e da ideia conjunta de todos nós, o que importa é que tomemos consciência da nossa realidade e que, em termos imediatos, o nosso Executivo consiga dar um passo mais enérgico nesta matéria.” -----

----- **José António Parada Figueira:** -----

----- “Hoje confesso que não gostaria de fazer a minha intervenção para fazer política mas para falar de coisas que a todos nós nos preocupa no dia-a-dia, que são as dificuldades que os nossos concidadãos sentem. Faço minhas e sublinho de uma forma muito evidente as palavra do Engenheiro Hilário Santos, mas porque o tempo se esgota é importante também que a comunicação social e todos nós em Águeda comecemos a perceber que o Plano e Orçamento para dois mil e nove era efectivamente algo muito demagógico, tudo aquilo que não foi feito propunha-se fazer em nove meses, hoje é importante dizer que Águeda é um Concelho com uma notória e evidente falta de qualidade de vida. É comum ouvir os nossos concidadãos comentar o desagradável estado das estradas do nosso Concelho, tão evidente mesmo à porta deste edifício municipal, para não dizer o que vai por essas Freguesias fora. Temos tido ao longo deste mandato, um anúncio constante, tal como o Governo, de medidas e de projectos, de



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

substância não temos nada. Reconheça-se o empenho nos projectos e na qualificação dos serviços prestados pela Autarquia, no entanto, qualquer um de nós teria feito isso. Temos que fazer muito mais, o município e este Executivo tem essa responsabilidade. Senhor Presidente, custa-lhe ouvir isto mas é uma evidência, não é preciso mais exemplos de que este. -----

----- O Senhor Presidente no início do seu mandato suspendeu a conclusão da Biblioteca Municipal, disse-o que o fazia por seis meses, estamos a chegar ao fim do seu mandato, é a única obra que vai conseguir inaugurar porque não fez mais nenhuma obra, por muito que o Presidente da Comissão Política do Partido Socialista venha dizer no seu artigo que tem aqui um conjunto de projectos, de parques empresariais e outras coisas como tais. -----

----- Gostaria de ver exactamente o que vai acontecer no próximo mandato em termos de orçamentação, tenho imensa curiosidade em saber em que condições vai deixar a Autarquia no próximo mandato em termos de endividamento, visto que o Senhor acusou o Partido Social Democrata de deixar a situação financeira da Câmara da forma que deixou. Sei que o Senhor não gosta de ouvir as verdades, mas eu sei ouvir, ao contrário daquilo que costuma fazer que lhe custa ouvir mas que temos todos que ouvir. -----

----- Eu queria só dizer ao Senhor Líder Local do Partido Socialista que o conteúdo do seu artigo no semanário Região de Águeda, não terá da parte do Partido Social Democrata e enquanto Líder da estrutura Local do Partido Social Democrata, não terá nunca o mesmo nível que o Senhor utilizou, nem sequer durante a próxima campanha eleitoral porque essa é a nossa forma de fazer política, é por aí que nós nos revemos, não vamos mudar uma vírgula na nossa postura nesta matéria porque Águeda e os nossos cidadãos estão à frente disso tudo. Mas também compreendo o porquê destes termos, porque começa-se a ter medo que efectivamente Águeda vá mudar, porque temos a consciência que seremos capazes e teremos as melhores pessoas para o fazer porque os nossos concidadãos o merecem. O mais importante para nós do que as políticas, é resolver os problemas das pessoas, a política deve ser usada apenas como veículo para o fazer. -----

----- Esperávamos, todos nós concidadãos de Águeda, muito mais deste mandato e resume-se àquilo que eu disse." -----

----- **Alberto José Fernandes Marques:** -----

----- "A minha intervenção tem a ver com a situação da ACASA e já falei mais que uma vez, isto é uma posição pessoal enquanto Membro desta Assembleia, não vincula nem representa a posição do Partido Social Democrata nesta matéria. -----



477

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A minha opinião pessoal é que eu sempre fui contra a existência destes sistemas complementares de segurança social. O Doutor Antunes de Almeida fez aqui uma interpretação e eu não encontro no parecer a mesma interpretação que fez, mas fico com a ideia de que se trata de um sistema complementar; também fala aqui neste parecer que cumpre ao estado organizar um sistema de segurança social, fala aqui em universal, integral, unificado, descentralizado e todos nós sabemos que existem algumas diferenças nós sabemos que existem algumas diferenças no sistema de segurança social e também todos sabemos que o sistema de segurança social para os funcionários públicos, nomeadamente as Autarquias, não será dos piores. Eu tenho sistemas complementares de segurança social e pago-os e há empresas que também os dão aos seus funcionários e pagam-nos. O que eu continuo a achar que não é justo é que exista, por opção de uma Autarquia cujo dinheiro é de todos os municípios, uma opção de pagar um valor extra que não é obrigatório, não digo que seja ilegal, mas nos tempos em que estamos não me parece que faça algum sentido que a Autarquia pague valores a mais para manter este tipo de situação. Naturalmente com a ressalva de que eu também não sou jurista e penso que deverão ser salvaguardados os direitos adquiridos dos funcionários, nos termos estritos que a Lei assim o entender, mais do que isso não e penso que se devia acabar, de uma vez por todas, com estes sistemas complementares. -----

----- Se o problema da ACASA é que pressupõe também uma participação financeira da Autarquia, segundo diz aqui no regulamento interno da ACASA, a ACASA que mude de regulamento e que diga que quem paga são os próprios beneficiários e não é a Câmara a pagar.

----- Esta é a minha interpretação e penso que o assunto já se anda a arrastar há tempo de mais e com uma zona nebulosa muito grande que ninguém percebe muito bem o que isto é, e vou enviar um pedido ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de me serem facultados uma série de elementos muito concretos sobre esta situação porque eu também fico confuso com isto. Era esta a minha posição que eu queria aqui deixar expressa, da minha posição de princípio destes sistemas complementares em organismos públicos, pagos por todos nós." -----

----- **Manuel Antunes de Almeida** -----

----- "Eu não fiz nenhuma interpretação dos pareceres e por isso pedi ao Senhor Presidente para esclarecer. É que não há complementaridade àqueles que são voluntariamente membros da ACASA, porque a entidade pagadora da comparticipação da entidade patronal é a Câmara, quer na ADSE quer na ACASA. E quando a Câmara paga a sua comparticipação na ACASA não paga à ADSE para os que são membros. Por conseguinte, para os activos é um e não é outro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para os que estão na reforma são complementares, mas eu posso estar enganado e por isso é que pedi ao Senhor Presidente que esclarecesse isso porque eu não tenho nenhuma obsessão sobre esta matéria. -----

----- Houve aqui um ilustre Membro desta Assembleia que no passado tomou uma atitude e que agora tomou diferente, porque concerteza viu circunstâncias novas. Se é verdade a versão que me foi canalizada de que é assim, se é verdadeiro aquilo que eu penso, julgo que a Câmara poderia repensar essa situação porque o que o parecer diz é que para o passado é ilegal, para o futuro há-de haver um momento em que a gente diz que a partir de agora é desta forma, o que quer dizer que os que estão reformados e estão ao abrigo da Lei anterior deviam-se manter e são naturalmente os mais desprotegidos." -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal:** -----

----- "Em primeiro lugar venho aqui concordar com o Engenheiro Hilário Santos no que diz respeito à tomada de medidas que este Executivo está a pensar apresentar e com grande parte delas concordo e também concordo com a situação de que não é uma questão partidária, é uma questão de necessidade. -----

----- Em relação à política, o Senhor Presidente da Concelhia do Partido Social Democrata, apresentou um candidato escolhido no seu grau superior. Os candidatos são escolhidos por sondagens e não porque as pessoas são competentes para o efeito de realização de uma determinada estratégia ou não. É o que vinha no jornal e que disse que tinha sido feita uma sondagem e que estava muito bem colocado e portanto será candidato ganhador e o que interessa é ganhar, não interessa o futuro do Concelho. -----

----- Em relação aos meus artigos, são artigos simples, de linguagem normal, não tem nada a ver com política, são simplesmente o meu pensamento directo e a forma como eu sempre apresentei os casos, forma crua, dura e que são passíveis de contraditório. Falou-se aqui em processos criminais, não vi, e sei que não vi porque não cometi nenhum crime na escrita, aquilo que eu escrevi é verdade. -----

----- Agora, há aqui uma coisa que o Doutor Antunes de Almeida disse e com razão, mas tem que ler o artigo melhor porque eu escrevi assim: "seguindo com Alberto Marques na viagem mental de Macinhata, Barrô, Óis da Ribeira, Fermentelos e Agadão, verificamos que em trinta anos muito foi feito com o esforço e dedicação de muitos, com os dinheiros públicos de todos nós, com a vontade e iniciativa de privados, com a participação voluntariosa de imensos Aguedenses anónimos". Cada um coloca-se aqui onde quer, ou nestes, ou por exemplo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

naqueles que deixaram isto arrasado em dívidas, que deixaram roubar o esforço de todos; que deixaram estradas mal construídas; que deixaram vielas sem serem pagas; que pagaram obras sem lá estarem, cada um enquadra-se onde quer. É lógico que os políticos que passaram por esta Autarquia não são todos iguais, são questões simplesmente de carácter. Eu hoje dei uma entrevista à Rádio Soberania e perguntaram-me mais ou menos a mesma coisa. Eu ouvi aqui, durante quatro anos, os Senhores Membros do Partido Social Democrata, dizer que o passado era o passado, que realmente no passado houve problemas; que os processos já lá andam; que a reorganização anda muito bem; que as contas agora até começaram a ser aprovadas por unanimidade e já nem há votos contra porque o passado era o passado; Vêm de um momento para o outro trazer o passado como se ele estivesse limpo. O passado é o passado mas não é limpo e as pessoas que lá andaram são responsáveis, umas mais outras menos, mas todas elas certamente não o fizeram de propósito, foram algumas vezes incompetentes ou seguiram o seu carácter e o problema é que nem todas as pessoas têm o mesmo carácter. O que eu esperava deste Partido Social Democrata e de pessoas que eu respeito que estão aqui, começando pelo Senhor Presidente da Concelhia, é que fossem pessoas que não tivessem o mesmo carácter de antigamente. -----

----- Eu também tenho algumas falhas, cada um tem a sua maneira e os seus princípios, eu não esperava é que pessoas por quem eu tenho um certo respeito e admiro e conheço pessoalmente nas suas vidas do dia-a-dia, tivessem o mesmo carácter que outros do passado tiveram. Não estou a dizer se o deles era mau ou não. O deles ficou só assim, o Plutão da frente em tudo o que era mau nós quase que chegámos lá em tudo, no que era bom, nas obras que o Partido Social Democrata tanto fala, eu só vou responder por uma única obra. Não há nenhuma obra tão grande como a da credibilidade que vale milhões de euros. O Partido Social Democrata não fez em nenhum dos seus mandatos nenhuma obra que tenha custado dois milhões e meio de euros. Este Executivo fez uma coisa tão simples que foi dois milhões e meio de euros em terrenos no parque industrial. É a maior obra de todas, maior que a obra do estádio. -----

----- Mas fala-se de estradas, o Partido Social Democrata em estradas fez centenas de estradas, umas úteis, outras não e o que eu disse é que as estradas estão esburacadas e que precisam de recuperação, que algumas estradas estão em Tribunal em que há estradas em alcatrão com alcatrão a menos que foram pagas, há passeios que foram pagos e que não estavam lá, há estradas que foram feitas para sítios que só servem quatro ou cinco pessoas mas que uns anos depois precisam de milhares de euros de recuperação para servir essas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quatro ou cinco pessoas e os milhares de euros são de todos nós. Certamente que não deviam ter sido feitas. -----

----- As opções do Partido Social Democrata foi fazer estradas e não fez uma única obra para o Concelho. Fez uma série de rotundas, que para mim até acho que estão bem feitas, mas que só nos fazem andar em círculos. -----

----- Para terminar, em termos de princípios, carácter, discussão, tudo aquilo que eu escrevo e que eu digo é rebatível e posso não ter razão, mas Águeda, hoje, é do Plutão da frente na honestidade, na transparência, na gestão dos dinheiros públicos, na modernização, na planificação de parques empresariais, na recuperação da Pateira, no cumprimento das suas obrigações, na dinamização cultural. Águeda, hoje, está no plutão da frente porque é governada por gente séria, quem foi sério antes não deixou de o ser, quem não se considera sério não o foi. Águeda hoje é governada por gente séria e se tiverem alguns destes problemas devem ser denunciados e eles terão que ter a humildade e o dever de corrigir os problemas que há. Agora, se querem voltar ao passado, façam favor. Eu ajo por mim e pelos meus princípios e podem ter a certeza que tenho carácter, porque isso é uma questão de vaidade.” -----

----- **Joaquim Jorge da Silva Pinto:** -----

----- “Há dias veio uma notícia no jornal e eu tive necessidade de cá vir hoje porque disseram que eu estava velho, o que é verdade, mas puseram aquilo de tal maneira como que se eu estivesse arrumadinho de todo para a política. Verdadeiramente devo dizer que não estou muito interessado na política. Já o Doutor Antunes de Almeida, há muito tempo, andava a dizer para o Manuel Alegre sair da política porque já lá andava há anos demais e para dar lugar aos mais novos, agora não sei se lhe interessa que o Manuel Alegre continue lá, porque sempre atrapalha o Partido Socialista. -----

----- Eu trouxe aqui uns apontamentos que são dos jornais e parece que são verdadeiros, refiro-me, por exemplo, ao Vale do Vouga, parece que veio cá uma Secretária de Estado e disse em alto e bom som, que o Vale do Vouga vai continuar, vão ser suprimidas umas passagens de níveis, ou que dá a ideia de que aquela história que nós pensámos há muito tempo de que poderia haver aqui o metro de superfície pode ir para a frente, que foi o Senhor Presidente da Câmara, Gil Nadaís, que conseguiu. -----

----- Queria elogiar uma Firma da nossa terra que tem recebido vários galardões pela sua qualidade, refiro-me à Revigrés e como está aqui a Doutora Paula Cardoso, que é a administradora da referida empresa, em nome de Águeda penso que lhe podemos apresentar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nossos cumprimentos, que apesar das altas responsabilidades que tem neste momento na administração da Revigrés, falta muito poucas vezes às reuniões da Câmara Municipal, ao contrário de outros. -----

----- Queria falar aqui sobre as estradas porque o Engenheiro Hilário Santos veio dizer que era melhor acabar com as estradas e dar para os pobrezinhos, veio a seguir o Senhor Parada Figueira dizer que era melhor dar aos pobrezinhos e acabar com as estradas. -----

----- Queria também fazer referência a uma notícia que me agrada que é que o monumento do Emigrante está de capa lavada, o que me congratulo. -----

----- Seguindo as notícias dos jornais, diz aqui seis milhões e meio de euros para a regeneração urbana, para começar em dois mil e nove a maior parte deles são dezassete; criada Bolsa para pessoas com dificuldades de acesso ao rendimento privado, não sei se isso vai de encontro às continuadas pretensões do Senhor Parada Figueira, que anda sempre a falar nos pobrezinhos, mas a verdade é que Águeda é um paraíso nesse aspecto. Evidentemente que isto é iniciativa privada e do Estado, mas a verdade é que a Câmara também tem alguma coisa a dizer e tem também apoiado; depois diz aqui que a Câmara apoia frequência universitária, o que acho que é uma medida boa; refere também a Adesão à Associação Europeia de Living Labs aprovada, sei que na primeira parte a Câmara Municipal tem um protocolo com a ESTGA, em que muitas empresas estão envolvidas, existe um intercâmbio que esperemos que vá trazer grandes benefícios para Águeda, isto tudo entre a Câmara Municipal, a Universidade e as Empresas. -----

----- Quanto à ACASA eu quero dizer que li os pareceres e só queria fazer uma pergunta ao Senhor Doutor Antunes de Almeida se está convencido que não é obrigatório os funcionários da Câmara pertencerem à ADSE?" -----

----- Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o **Presidente da Câmara Municipal**, deu as seguintes informações: -----

----- "Começaria pela questão da ACASA. Eu acho que é um assunto que para esta Câmara é recorrente e não vale a pena. -----

Nós na sequência da última Assembleia fomos fazer uma análise dos casos mais graves e verificamos que havia uma situação de uma criança que precisa de apoio e que a Câmara, bem como a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, está envolvida no caso para apoiar. Foram analisados outros três casos de pessoas com poucos rendimentos, analisando com as despesas todas, a conclusão a que os serviços chegaram foi que a sua situação era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais vantajosa não fazendo as comparticipações para a ACASA do que se as tivessem de fazer relativamente às regalias que tinham. Ou seja, no geral eles ficavam com mais dinheiro dentro do seu bolso, talvez perdessem facilidades. -----

----- Estamos a ver os outros casos todos, mas também quero dizer que esta Câmara não está disponível para situações que houve no passado, de pessoas que têm reformas muito superiores, acho que haverá aqui muito poucos ou nenhuns que tenham reformas superiores a beneficiar dessas contribuições da Autarquia. Este Executivo não está disponível para isso. -----

----- A ACASA tinha um outro mecanismo, há uma outra situação e a pertencerem à ACASA eram cerca de metade dos funcionários, nós estávamos a dar oito por cento a mais a determinados funcionários e a outros estávamos a dar menos oito por cento e eles diziam que também queriam os oito por cento porque ficariam com uma vida muito superior e não precisavam de ir para a ACASA. Era uma situação de desigualdade que se estava a verificar e eu defendo um sistema igualitário para toda a gente. Neste momento, a Câmara não trará aqui nenhuma proposta para inverter essa situação, é ponto acabado. -----

----- Quanto ao que referiu o Senhor António Martins, algumas coisas que eu tenho lutado e queria ver se não chegava ao final do mandato sem ter resolvido. Eu acho que as coisas devem chegar o mais rapidamente possível é mão das pessoas. Há alguns hábitos instalados que é de resolvermos as coisas no último dia porque o último dia também é dia, eu acho que deve ser antes e espero conseguir isso até ao final do mandato. -----

----- Concordo com algumas coisas que disse o Engenheiro Hilário Santos e a Câmara vai ter dependência directa da Presidência nós iremos ter uma acção estruturada com as IPSS's que estão no Concelho e que estão no terreno porque eu não entendo que a Câmara vá fazer sobreposição de acções e também existe uma outra situação que há muitos aproveitamentos que se fazem nestas alturas e por isso nós temos de ter uma acção muito mais coordenada e muito mais apertada. A Câmara vai fazer e vai apresentar acções integradas nesta área, mas não queremos ficar só na acção do coitadinho. Queremos utilizar o provérbio chinês de começar a dar canas às pessoas para elas poderem também encontrar o caminho, porque queremos que as pessoas tenham possibilidades de fazer alguma coisa, não fiquem só à procura do emprego que está difícil, mas em casa parados à espera que lá vão levar aquela marmita ou aquilo que precisam para a sua sobrevivência. -----

----- Aquilo que foi dito pelo Senhor Parada Figueira a respeito das obras, de ser um orçamento megalómano, ele tem lá tudo aquilo que nós precisamos e que nós entendíamos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

é possível fazer e pôr em execução. Não vai estar tudo concluído, obviamente, mas noventa por cento, pelo menos das maiores, estarão, começadas. Agora, a situação que nós tínhamos do passado relativamente à capacidade de endividamento e o problema que se pôs a este Executivo era que ou nós ganhávamos capacidade para alavancar as obras que o Concelho precisa ou então hipotecávamos e deixávamos passar o Quadro Comunitário ao lado. Estas obras que nós estamos a anunciar e que fomos aos Fundos vão ter que ter a necessária compartida financeira por parte da Câmara. Vamos nos endividar de forma estruturada para alavancar esses projectos, não vai ser para consumo. Vocês vão-me dizer que não é preciso uma zona industrial em Águeda? Se nós tivéssemos uma zona industrial em Águeda, talvez nós pudéssemos tentar captar outras empresas para cá, uma cidade atraente também pode ser, ter um açude, que é aquilo que se fala há muitos anos, fala-se e estamos em fase final de adjudicação, mas é preciso também, por exemplo, darmos condições para termos um pavilhão. Há quantos anos é falado em Águeda? Fomos arranjar os meios para isso. -----

----- Agora, há uma coisa em que todo o Concelho tem razão, que é o facto de estarmos mal de estradas, mas há uma estratégia para isto. Nós precisamos de meter o saneamento e se nós formos meter tapetes nas estradas e depois formos cortar para meter saneamento vocês vejam o que é que está por aí no Concelho. Vejam por exemplo o que se passa na Junta de Freguesia de Travassô, vejam em Águeda que foi posto um tapete, foi tudo escavacado e está em condições de pôr um novo. É verdade que vamos passar um bocado mau mas isto chama-se estratégia. Nós ou metemos o saneamento e depois pomos as coisas como deve ser ou então estamos sempre na mesma e o dinheiro é curto. -----

----- Eu espero que no próximo mês tenhamos uma decisão definitiva em termos da Associação de Municípios sobre como vamos resolver a situação do saneamento. Esta decisão está atrasada um ano e tal, mas é muito mais fácil se formos em conjunto do que irmos individualmente, mas nós temos a solução para irmos também individualmente porque é preciso, de uma vez por todas, resolver o problema do saneamento. -----

----- Vocês falam de projectos, por exemplo, há quantos anos se fala na Redonda? Nós temos o estudo prévio feito e está o projecto a andar. Esta Câmara, no final do mandato, ficará governável para alavancar os projectos que têm para fazer. -----

----- Quanto ao que falou o Doutor Silva Pinto sobre o Vale do Vouga, nós lançamos aqui um desafio à Senhora Secretária de Estado. Quanto ao Vale do Vouga vamos, de uma vez por todas, saber se vale a pena ao se não vale a pena. Acho que é preciso definir e se não valer a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pena então tiremos de lá e criemos um corredor autónomo e façamos outras soluções. A mesma coisa se passa relativamente ao Centro Coordenador de Transportes, eu já vos disse que não era lá, voltei atrás, falei com a Senhora Secretária de Estado que deu dois meses à REFER para nos dar uma resposta, acho que podemos esperar dois meses para saber se vai ou se não vai. Eu tive oportunidade de lhe dizer que estava cansado porque não valia a pena, visto que falava com um e com outro e não trazia resposta nenhuma. -----

----- Portanto, pensamos que estamos na altura de ter boas decisões , quanto à regeneração urbana, nós, deliberadamente, não fomos à primeira candidatura, fomos à segunda e fomos dos Municípios que foram apoiados, são quase nove milhões de euros de investimento em parcerias. Obviamente que, em termos de obras, não temos muitas. Temos aquilo que o Senhor José Vidal disse aqui, que tem talvez mais credibilidade fora do Concelho do que cá, que é de sermos um exemplo de uma Câmara como deve funcionar em termos administrativos e de funcionamento, e será o funcionamento das Autarquias no futuro. É o trabalho de uma equipa que está na Câmara e é rara a semana em que não temos outras Câmaras a virem cá, como na próxima semana em que vamos ter cá duas Câmaras. -----

----- Também posso dizer que o Senhor Secretário de Estado da Justiça virá cá ver o cartão de cidadão em funcionamento, porque somos a primeira Câmara do País a ter o cartão de cidadão em funcionamento, mas também vos posso dizer que se tudo correr conforme está previsto, o DIAP e o Tribunal de Instrução Criminal estará a funcionar a partir do dia quinze de Abril. -----

----- Portanto, às vezes não é preciso muitas obras, é preciso trazer os serviços para Águeda e é isso que irá acontecer. -----

----- Aproveito para vos deixar aqui um convite para de hoje a oito dias, da parte da tarde, participarem numa conferência com o Professor Carlos que nos vem cá dizer quais são as vias que as indústrias têm e os Concelhos também para enfrentar o futuro, assim como também um contrerâneo nosso, o Brás da Costa, que foi o Vice-Presidente ou vogal do IAPMEI até há muito pouco tempo, estarão entre nós e poderão também ver os projectos que resultaram da rede de inovação e competitividade feito pelas indústrias. -----

----- Nós temos uma estratégia, temos alguns problemas, que sabemos que o são, mas temos que dar tempo para que outras situações sejam resolvidas para os colmatar também. O principal problema e aquilo que é uma grande lacuna neste momento são as estradas, mas vamos ter de passar algum tempo para resolver o problema do saneamento e depois ter um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Concelho em condições. No remanescente, nas outras actividades, eu penso que estamos muito bem colocados e felizmente temos alguns que nos procuram e que vêm ter connosco para discutir a forma como estamos a actuar.” -----

----- Concluída a intervenção do Presidente da Câmara, o **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra nos seguintes termos: -----

----- “Antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia e porque vejo aqui na bancada o Doutor Carlos Guerra que se vai retirar da função de Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara, quero manifestar os meus agradecimentos por toda a colaboração eficaz e sempre permanente que prestou ao Presidente da Assembleia Municipal. Devo dizer que a relação que teve comigo foi excepcional, pelo que queria fazer aqui este agradecimento público e desejar-lhe felicidades para a sua futura carreira.” -----

----- De seguida, foi solicitado pelo Presidente da Câmara, que seja elaborada uma **Minuta da Acta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- Dando cumprimento ao solicitado, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou a votação a proposta de aprovação da **Acta em Minuta**, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- De imediato, passou-se, à análise dos assuntos agendados para o Período da Ordem do Dia desta Sessão: -----

----- **3.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra aos Membros da Assembleia, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos:** -----

----- “Queria fazer uma primeira nota prévia em relação ao nosso colega José Vidal. Há entidades próprias no País que tratam da justiça, há justiceiros a mais em Portugal e justiça a menos. Deixemos isso para os competentes e não andemos cada um de nós a apregoar ao nosso carácter, ao carácter dos outros, porque não é por aí o caminho. Acho que Portugal deve fazer uma reflexão sobre essa matéria, porque se tudo o que por aí se fala sobre a justiça se fosse verdade, então não sei qual seria o nosso caminho. De futuro teremos que pôr, de vez em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quando, a mão na nossa consciência. -----

----- Senhor Presidente, não vejo nas informações nada sobre o LIDL e como já duas vezes fizemos aqui aprovações para este projecto seria interessante que nos desse alguma informação sobre este processo. -----

----- Convida-nos para estar presente numa Sessão com o Senhor Secretário de Estado da Justiça, não sei se é aquele de quem aqui nesta Assembleia se disse que era um homem sem palavra, que tudo que dizia não valia a pena? Se não é estou mais descansado porque havia aqui esta ideia global que andava aqui um aldrabão, foi o que eu percebi nessa Assembleia, mas afinal estou mais descansado. -----

----- As informações que nós temos aqui revelam bem aquilo que é o nível de desempenho do nosso actual Executivo. Ninguém diz que o Executivo só faz coisas más, faz coisas boas concerteza, há detalhes positivos no Executivo, como em todos houve e haverá. -----

----- Temos aqui páginas com muito pouco, algumas conferências de imprensa; algumas inaugurações de obras já terminadas há bastante tempo, uma ou outra que são importantes, mas não há nada de relevante nestas informações. -----

----- Eu quero recordar que os projectos são importantes, mas não transformemos, aos olhos do povo, projectos em obra feita. -----

----- O Senhor Presidente fala em capacidade de endividamento. O Polis da Ria a que nós nos candidatamos neste projecto global, quase todos os municípios tinham um valor global de investimento na ordem dos dez, onze milhões de euros e eram nove ou dez Municípios que estão envolvidos e estavam todos antes com o mesmo problema que nós. É claro que ganhamos capacidade de endividamento, pois se não fizemos nada, se não investimos tivemos que ganhar. Também o Partido Social Democrata, no seu tempo, esgotou as verbas em seu momento e por isso deixamos de ter capacidade de endividamento. Na última Assembleia pedi ao Senhor Presidente que me mandasse documentação sobre essa matéria e o Senhor Presidente mandou-me a documentação que eu julgo que tinha disponível mas que, é insuficiente, do meu ponto de vista. O que o Senhor Presidente me mandou é a documentação de uma candidatura conjunta onde estão um conjunto de obras mas onde eu não consigo distinguir, em lado nenhum, essa contabilização entre a Câmara de Águeda e a entidade Regional sobre esta matéria. Há lá efectivamente uma carta do Presidente Ribau Esteves a agradecer a todos os Municípios por terem colaborado; há um conjunto de algumas obras importantes; há uma minuta de um protocolo a ser feito, mas não passa disso. Eu não estou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dizer que isso não existe estou a dizer que era importante que nos fizesse chegar informação mais detalhada, porque andamos há muito tempo a falar sobre muitos projectos e era importante nós também termos acesso às minutas dos mesmos projectos.” -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal:** -----

----- “Em relação ao Engenheiro Hilário Santos, eu só quero dizer que não sou justiceiro, eu quando afirmo as coisas é porque julgo ser verdade. O putativo candidato do Partido Social Democrático foi absolvido como réu num processo; foi condenado no exercício já em dois processos; tem várias queixas no Tribunal sobre o Centro de Canoagem que não pagou porque construiu uma estrutura camarária em terrenos que são privados. É só isto que eu sei.” -----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares:** -----

----- “Quanto às informações do Senhor Presidente e tudo aquilo que tem vindo a ser feito, há muito tempo que eu tinha vontade de o fazer, e hoje vou fazê-lo. Acho que depois de tudo o que já aqui foi dito eu tenho que dar um grande obrigado a este Executivo e não o faço como Membro desta Assembleia Municipal, não o faço enquanto Membro do Partido Socialista, mas faço-o enquanto munícipe, porque este Executivo devolveu-me o orgulho de ser de Águeda e isso é muito importante. Eu hoje tenho um gosto muito especial, quando estou com pessoas de fora, de dizer que sou de Águeda e ainda tenho mais gosto quando ouço dizer que em Águeda têm-se feito coisas fantásticas nos últimos quatro anos. Recordo aqui, a título mais recente, estes dezassete projectos que foram aprovados no âmbito do QREN. Águeda foi o segundo Concelho do Distrito mais contemplado com verbas maiores. Recordo o projecto de requalificação para a zona ribeirinha, toda uma série de projectos que têm vindo a ser desencadeados e isto é projectar Águeda, é isto que nós queremos para o futuro e é isto que nós temos que agradecer a este Executivo, pelo facto de, pela primeira vez, haver um projecto e um rumo para Águeda e acho que isso é algo a que todos nós deveremos estar gratos. E como disse há pouco o Doutor Silva Pinto, tendo em conta aquilo que tem sido dito e tem sido trazido a público ultimamente, realmente não há razão para que o Partido Social Democrata tanto dê na cabeça do Partido Socialista.” -----

----- Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o **Presidente da Câmara Municipal**, deu as seguintes informações: -----

----- “Quanto ao LIDL, aquilo que sabemos sobre esta situação é que a direcção para a gestão portuguesa já decidiu e decidiu pela sua localização em Águeda, falta a decisão da Alemanha e face à forma como estão os mercados, eles estão a aguardar o encerramento das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

contas, que será proximamente e tomarão uma decisão. Está tudo em aberto, mas estamos um passinho mais à frente. -----

----- Posso-vos dizer também que dia dezoito do Março temos uma reunião na Comissão da Reserva Ecológica para, em princípio, desbloquear também esse assunto.” -----

----- Quanto à contratualização e ao Polis da Ria, aquilo que foi contratualizado é um parque a que chamamos H2O Água em Fermentelos; é a melhoria do Parque de Espinhel; é uma pista de canoagem na Pateira; é a melhoria das margens; são pistas cicláveis e pedonais para se fazerem passeios, além da drenagem, que leva a maior fatia de dinheiro. -----

----- Quanto à contratualização, mandei todos os documentos que havia. Aquilo que há é um documento genérico porque as candidaturas cada município teve que escolher as tipologias a que se candidata e chegamos a um entendimento entre diferentes Municípios e agora cada Município vai apresentar a sua candidatura, no âmbito da Associação, para utilizar aquelas verbas que estão consignadas e reservadas ao Município. -----

----- Há um acordo com a CCDDR em que são transferidas para a CIRA – Comunidade Intermunicipal um bolo de noventa e tal milhões de euros e dentro desse bolo cada Município vai utilizá-los de acordo com aquela listagem que estava na carta anexa. -----

----- O PTD – Plano Territorial de Desenvolvimento, é o documento que serviu de base e que foi aquilo que foi aprovado pela CCDDR para ser feita essa transferência de dinheiro e tem por base aqueles projectos que foram para lá e é isso que está negociado e foram passados todos os elementos que eu tenho a respeito disso, com excepção, obviamente, dos documentos de trabalho.” -----

----- **3.2 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; --

----- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.3** – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.4** – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À REDE EUROPEIA E-RUS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À REDE EUROPEIA E-RUS**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.5** – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVING LABS (EnoLL)**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de **ADESÃO À ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVING LABS (EnoLL)**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.6 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO DA BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.7 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra aos Membros da Assembleia, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos:** -----

----- “Na proposta do Regulamento diz no artigo sexto – Limites de Rendimento, que pode candidatar-se ao presente subsídio, a pessoa ou o agregado familiar cujo rendimento mensal, per capita, seja igual ou inferior ao do ordenado mínimo mensal; diz no artigo segundo que o agregado familiar é um conjunto de indivíduos que vivam em regime de comunhão de mesa e habitação. A questão que eu coloco é saber se um casal com dois filhos que podem ter em conjunto um rendimento de mil e oitocentos euros se podem candidatar a este subsídio de renda; ou se um casal com três filhos com dois mil duzentos e cinquenta euros de ordenado mensal se podem candidatar a este subsídio de arrendamento. -----

----- Eu penso que o objectivo nos limites deste rendimento é o objectivo onde vamos definir um plafond máximo ao qual as pessoas se podem candidatar. Se uma pessoa tiver um casal com um rendimento de dois mil e duzentos e tal euros por mês se se pode candidatar a um subsídio de renda de casa, chego à conclusão que provavelmente estamos ricos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Perante o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente em como podem, eu anuncio que voto contra porque estou perfeitamente contra esta situação." -----

----- **Manuel Antunes de Almeida:** -----

----- "Eu não sei se foi isso mesmo que se quis dizer porque na verdade é chocante. O rendimento mínimo nacional neste momento é de quatrocentos e cinquenta euros mensais, o rendimento per capita é por cabeça e por conseguinte uma família que tenha três filhos em que o casal ganha o montante que o Membro Hilário Santos disse, então, sabendo que os salários em Portugal são muito baixos, quase toda a gente tem direito a subsídio de arrendamento. -----

----- Eu penso que há aqui um erro qualquer, mas penso que essa trimologia de rendimento per capita para vencimentos desse montante, só quem não tiver filhos é que naturalmente não tem esse tipo de subsídio. Eu não sei se é isso que efectivamente o legislador quis e tenho dúvidas sobre isso e tenho alguma perplexidade porque a grande maioria dos casais Portugueses não ganham o vencimento de mil e oitocentos euros." -----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares:** -----

----- "Eu venho falar em defesa do Executivo, penso que caberá ao Senhor Presidente da Câmara ou Senhor Vereador esclarecer esta situação. -----

----- Como nós sabemos, não nos devemos restringir a um só artigo, normalmente este tipo de avaliação é feito no âmbito de uma avaliação generalizada, não é só conforme aquilo que está escrito no artigo sexto. Aliás, o que diz aqui é que para se candidatar a este subsídio tem que se comprovar uma situação de carência económica, nos termos dos artigos sexto e décimo primeiro, e isso é uma situação que eu penso que terá que ser avaliada. Todos se poderão candidatar mas resta saber depois se avaliada toda a situação se será uma situação de atribuir ou não o subsídio. Foi esta a interpretação que eu fiz do Regulamento e parece-me que é isto que se pretende dizer, mas claro que o Executivo poderá explicar isto muito melhor." -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos:** -----

----- "Eu como tinha dúvidas perguntei ao Executivo e o Executivo esclareceu-me que pessoas com este nível de rendimentos podem candidatar-se ao subsídio, sendo atribuído ou não. Eu sou absolutamente contra num Regulamento deste tipo, permitir que pessoas com este nível de rendimentos se possam candidatar a este subsídio. Se há casais com este nível de rendimento que se podem candidatar a este tipo de subsídio eu sou obrigado a votar contra porque, por princípio, não consigo entender este tipo de situação, de que um casal com dois filhos, que ganha mil e oitocentos euros por mês, se possa candidatar a qualquer tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

subsídio de apoio no arrendamento, ainda que venha a ser rejeitado.” -----

----- **Vereador Jorge Henrique Fernandes de Almeida:** -----

----- “Os agregados têm que ter uma situação comprovada de carência económica, conforme os artigos sexto e décimo primeiro do Regulamento e, naturalmente, não podem ultrapassar o valor do rendimento mínimo nacional per capita. Inclusivamente temos as fórmulas de desempate em que toda a gente vê em que restringe drasticamente a atribuição destes subsídios.” -----

----- **Manuel Antunes de Almeida:** -----

----- “O problema que se põe é que um casal que tem dois filhos e que receba o vencimento que aqui foi referido, tem muito acima da média dos cidadãos Portugueses, em termos de rendimento familiar, e o facto de existir esse artigo que vai fazer a destriça para distinguir pessoas na divisão per capita é um erro. O casal para ter carência económica ou não tem só ao seu encargo os dois filhos, mas também o pai e a mãe doentes porque só assim é que essa família com esse vencimento e dois filhos tem carência económica porque tem que alimentar outra gente, porque se efectivamente é apenas marido e mulher e dois filhos e se têm este vencimento, estão muito acima da média. -----

----- Por conseguinte, eu corrigiria essa parte porque a Câmara pode vir a ser confrontada com uma situação que não é correcta.” -----

----- Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o **Presidente da Câmara Municipal**, deu as seguintes informações: -----

----- “Obviamente que o Engenheiro Hilário Santos foi buscar aqueles exemplos de situações limites para pôr em causa o Regulamento e fez bem porque estas coisas têm que ser vistas com as situações limites. -----

----- Como foi também aqui dito, há que conjugar e fazer uma análise dos artigos. Eu acho que é um descaramento de todo o tamanho quem tenha mil e oitocentos euros de rendimento venha pedir um subsídio de arrendamento à Câmara, mas pode fazê-lo, mas não se vai atribuir. Este Regulamento, mais uma vez, é para apoiar aqueles que efectivamente precisam. Qual vai ser o limite que vamos pôr no agregado familiar para se poder candidatar? Eu também não concordo com esta situação, mas depois nós podemos fechar e podemos ter aqui pessoas com rendimentos baixos que estão com situações de carência e podem não ser abrangidos pelo Regulamento. Isto é uma atribuição automática, é uma atribuição mediante um Regulamento. ---

----- Há aqui uma situação que pode não ficar em Regulamento, mas que eu me comprometo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em levar a cabo, é que não seja uma atribuição feita pelo Presidente ou pelo Vereador mas que seja levado a Executivo onde somos mais do que um a julgar estas situações e portanto há um consenso alargado e poderemos ter isto perfeitamente ultrapassado.” -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos:** -----

----- “Eu comecei por dizer, no início de Assembleia, que hoje íamos aprovar situações importantes no apoio social e de forma nenhuma quero dificultar. Mas quando eu vim fazer a pergunta que tem muito a ver com a maneira como nós estamos, imediatamente chegou a resposta da forma habitual da Câmara em como é assim e acabou, e eu tenho alguma dúvida em aceitar esse tipo de situações. O Regulamento está mal feito, do meu ponto de vista o artigo sexto está mal elaborado, há formas de dar a volta, nós estamos a fazer apoios e é definido as tipologias segundo as quais nós podemos apoiar no arrendamento, T0 e T1 duzentos e vinte euros, o máximo de renda do apartamento; T2 e T3 trezentos e cinquenta euros; T4 e T5 quatrocentos e cinquenta euros. Eu só tentei alertar que, do meu ponto de vista, este artigo sexto não está bem. Não me custa nada votar favoravelmente e vocês trazem na próxima reunião uma alteração a este Regulamento e entretanto põem já em marcha isso porque há questões importantes. Agora, temos que saber admitir quando as coisas estão bem ou estão menos bem.” -----

----- **António Manuel Fernandes Martins:** -----

----- “O que eu digo ao Engenheiro Hilário Santos é que se eu ganhar cinco mil euros por mês não posso ter necessidades e carências económicas. Mas há pessoas que ganham cinco mil e, se calhar, só em saúde e coisas do género gastam três ou quatro mil. -----

----- Eu, já disse ao Senhor Presidente que vou votar contra porque hoje assiste-me o direito de estar em protesto, mas não voto irresponsavelmente, voto contra porque eu sei que o meu voto contra não tem qualquer influência naquilo que está aqui a ser votado, porque, se tivesse, responsabilmente votaria como entendia, como devia ser votado. Eu não estudei tudo do Regulamento como queria mas passei os olhos e também sei que este Regulamento tem critérios e rácios de selectividade que não vão deixar que aconteça situações destas e às vezes até acho que era bom que acontecesse uma ou outra situação destas porque é óbvio que quando forem atribuídos os subsídios a lista vai ter que ser publicada e até era bom que nós vissemos alguém que, de facto, não precisa de rendimentos, aparecer a pedir subsídios, porque nós sabemos que acontecem situações destas. É óbvio que o Regulamento criou critérios e não vejo grande problema porque ele vai ter que ser decidido por alguém, mas o Engenheiro Hilário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deve entender que qualquer cidadão, por muito bem compensado financeira e economicamente que esteja na vida, deve poder concorrer por uma questão de justiça, nós pagamos todos os impostos e é bom que nós nos candidatemos àquilo que entendamos que temos direito, também para que a sociedade caia em cima de nós e nos moralize muitas das vezes naquilo que nós pedimos e que, aparentemente, se calhar, deveríamos era de estar quietos. -----

----- Portanto, não acho que este Regulamento seja perigoso, aprovem-no tranquilamente porque eu estou convencido que depois o rácio que eu já vi, de flexibilidade, vai impedir que alguém leve dinheiro sem o merecer." -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal:** -----

----- "Eu vim ao encontro com a intervenção do Professor António Martins porque o que está aqui é o que se utiliza nas normativas legais sobre atribuições de subsídios e dou como exemplo os abonos de família. É indecente que com o meu ordenado eu ainda receba abono de família, devia ser proibido porque eu não preciso de abono de família, tal como vai acontecer aqui nos tais seis escalões que existem são os mesmos que existem na ADSE, são os mesmos que existem em todas as normas do Estado. Nesta questão é lógico que aqui é compensado por tudo o resto, se verificarem todo o resto há-de haver um valor que tem que se pôr, que pode ser pequeno ou não, o que interessa é que na aplicação haja os limites e os limites estão definidos, ou a verba que a Câmara terá ou situação de carência excepcional e os limites de arrendamento que já estão definidos noutras áreas e todos combinados dão que só os mais necessitados é que vão ter acesso ao subsídio." -----

----- Não havendo mais inscritos para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com três abstenções e um voto contra, a proposta da Câmara Municipal de **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.8 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA A CEDÊNCIA DESSA MESMA PARCELA PARA INCORPORAÇÃO NA ÁREA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º e da alínea



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra aos Membros da Assembleia, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----

----- **Joaquim Jorge da Silva Pinto:** -----

----- “Eu vim aqui falar fundamentalmente para fazer um apelo ao Professor António Martins. Como sabe a Escola Marques Castilho foi fundada em doze de Setembro de mil novecentos e vinte e nove pelo Padre José Marques, depois é que apanhou o nome Castilho, que fundou a Escola Comercial e Industrial de Águeda. Depois essa Escola passou a chamar-se Pedro Nunes mas depois passou a chamar-se Madeira Pinto que era um homem que era contemporâneo do Doutor Oliveira Salazar, era da União Nacional, fazia muitos discursos, fazia parte da educação e tinha o nome numa Escola nos Açores. Acontece que o Pedro Nunes tinha o nome em várias Escolas em Portugal, mas havia uma pessoa que não tinha nome numa Escola nos Açores, que se chamava António de Oliveira Salazar. Então, como tinham que arranjar um nome de uma Escola para o Doutor Oliveira Salazar nos Açores, tiraram o nome de Pedro Nunes da Escola de Águeda e colocaram o nome de Madeira Pinto, que não tem nada a ver com Águeda e o nome de Salazar foi para a Escola dos Açores. Depois a Escola voltou a ser Escola Comercial e Industrial, até tinha uma placa na porta principal que dizia “Obra da Ditadura Nacional”, mas o que interessa é que a Escola exista e a Escola prestigiou-se, voltou a ser a Escola Secundária e Industrial e agora é a Escola Marques de Castilho. -----

----- O projecto de ampliação desta Escola foi já discutido há bastante tempo e o que se pede aqui é que para que essa ampliação seja possível a Câmara ceda um terreno para aquilo ficar com melhores condições. -----

----- Eu sei que o Professor António Martins disse que se votar contra é porque tem a certeza que o assunto passa, mas se todos nós aqui votássemos contra a Escola Marques Castilho não era ampliada e era muito pior para os Professores, para os alunos e para a educação em Águeda. Portanto, venho fazer-lhe o apelo para que vote a favor.” -----

----- **António Manuel Fernandes Martins:** -----

----- “Doutor Silva Pinto fico bastante sensibilizado com o seu apelo, devo dizer-lhe que neste caso particular eu vou mudar o meu sentido de voto porque a Escola Comercial e Industrial de Águeda faz parte de um período da minha vida e de meus familiares. Eu fui Presidente da Associação de Pais da Escola Marques Castilho não há muito tempo atrás. Portanto, por todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

essa razões e mais algumas, abdicaria voluntariamente e facilmente da penalização moral que eu quero infringir ao Senhor Presidente da Câmara pelo mau comportamento dos serviços, que deixam para amanhã aquilo que deviam fazer hoje, e relativamente a isto eu voto necessariamente a favor. Mas, tinha intenção de intervir porque eu ouvi recentemente alguns comentários acerca das obras de remodelação da Escola Marques Castilho e também algumas preocupações sobre a volumetria que esta ampliação da Escola vai envolver e que cairia sobre o espaço exterior também à Escola e eu penso que devemos ter alguma preocupação relativamente a este tipo de situações porque não me parece justo e correcto elaborar um projecto que possa vir descaracterizar, no fundo, um bocado daquilo que é a área urbana subjacente à Escola, com a qual eu, de certa forma, me identifico. Vinha aqui questionar essa situação porque eu não conheço o projecto de remodelação mas vinha trazer aqui essa preocupação porque esta própria cedência da parte traseira às oficinas, se o projecto tivesse uma volumetria que caísse em cima da parte frontal da escola, poderia ajudar a transferir e a modificar um bocado essa situação, tenho alguma preocupação se assim for. -----

----- Como eu não conheço o projecto, permitia-me pedir ao Senhor Presidente da Câmara que tenha alguma preocupação nessa matéria porque eu não gostaria que se transferisse em realidade aquilo que eu já li sobre aquilo que vai ser a remodelação da Escola.” -----

----- Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o **Presidente da Câmara Municipal**, deu as seguintes informações: -----

----- “Eu posso explicar o que está aqui em causa e o que é o projecto da Escola feia ou bonita é uma questão de estética mas de certeza que irá ficar mais funcional. Vou dividir a minha intervenção em duas partes, uma objectiva, que é o terreno. Este terreno é necessário para poder ser colocado um polidesportivo coberto na parte traseira, ou seja, vai ser desaterrado todo o canto nascente sul da Escola para ser colocado um polidesportivo coberto com uma cobertura de cerca de seis metros de altura e depois haverá áreas de circulação. A Escola vai ser radicalmente diferente não vai envolver com o espaço público, a Escola vai manter-se dentro do seu espaço, vai surgir um edifício na frente da Escola, a todo o comprimento, que vai começar no sítio onde está a escadaria e que se prolonga para sul, um edifício que vai conter os serviços administrativos, espaço para o Conselho Directivo, centro de novas oportunidades, biblioteca e penso que alguns laboratórios, a zona de aulas vai manter-se no edifício onde está, vão surgir mais salas por cima do actual bar. -----

----- Estamos a falar de uma obra de cerca de sete milhões de euros; as oficinas também vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ser todas remodeladas. O ginásio pequeno fica como está e o ginásio feminino vai ser transformado numa sala polivalente, no auditório polivalente. O refeitório virá para o sítio onde estão os balneários e estes serão virados para a parte de trás, para o campo de jogos. Isto vai permitir que a comunidade também possa usufruir mais da escola fora das horas lectivas. O pavilhão terá uma entrada independente e poderá ser utilizado de forma independente, a cantina e a parte social também poderá ser utilizado de forma diferente, ou seja, a parte das salas será preservada para dar aulas, durante o fim-de-semana e fora das aulas lectivas os outros espaços podem ser utilizados pela comunidade. -----

----- Eu coloquei à disposição da escola e da equipa projectista o Largo Doutor António Breda para colocar lá salas climatizadas para darem as aulas quando as obras começarem. Vai ser estudada, e está também na requalificação, uma abordagem diferente para o espaço da Avenida Doutor Eugénio Ribeiro e Largo Doutor António Breda. A equipa que projectou a escola vai fazer o projecto da parte envolvente, embora sei da responsabilidade da Câmara. Queremos que a escola participe da cidade e a cidade participe da escola. Eles irão estudar isso e depois iremos ver que ideias nos trazem para vermos como é que irá ficar aquela praça porque, se virem, aquela parte central está toda partida. Eu quero que eles tragam as ideias e vamos discutir o que é que irá ser feito e pôr a escola ainda mais ao serviço da população e a Avenida Eugénio Ribeiro pode ser mais das pessoas e menos das viaturas, não quero com isto dizer para tirar de lá os carros todos, quero dizer para pôr as pessoas a participarem mais naquela rua, que é uma rua central na cidade, que pode ter outra ambiência, pode ser feita de outra maneira bem como a Praça Doutor António Breda. Nós não temos qualquer ideia ainda do que vai ser. Estamos a aguardar que os projectistas enquadrem isso e nos tragam algumas ideias para começarmos a discutir o que vai ser da escola e se está o projecto definido, mas um projecto para ali que faça com que a cidade participe da escola e a escola participe da cidade. É isto que irá ser feito e não me pergunte mais porque, sinceramente, não está nada definido a respeito disso. o que está aqui em causa hoje é possibilitar melhores condições aos alunos e às pessoas de Águeda sobretudo na prática desportiva. -----

----- O projecto da escola posso dizer que é um projecto magnífico, uma escola sustentável do melhor que se faz neste país e no mundo e é isso que irá ser a Escola Marques Castilho no futuro próximo." -----

----- Não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por unanimidade, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Proposta da Câmara Municipal de **DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA A CEDÊNCIA DESSA MESMA PARCELA PARA INCORPORAÇÃO NA ÁREA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Uma vez esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público, tendo-se verificado que não havia inscrições do público para intervir. -----

----- De seguida, o Secretário da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação pelo Presidente da Mesa, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Por último, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada esta Sessão da Assembleia Municipal, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que vai ser assinada pelo Presidente e primeiro Secretário de Mesa. -----

Pres. do Conselho
[Assinatura]